

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao inciso II do parágrafo 1º do artigo 3º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, a seguinte redação:

“II – rendimentos - remuneração produzida pelas aplicações financeiras, incluindo, exemplificativamente, juros, prêmios, comissões, ágio, deságio, participações nos lucros, dividendos e ganhos em negociações no mercado secundário, incluindo ganhos na venda de ações das entidades não controladas em bolsa de valores no exterior, excluída a variação cambial da moeda estrangeira frente à moeda nacional.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23) estabelece que os lucros auferidos por meio de determinadas entidades controladas no exterior deverão ser oferecidos anualmente à tributação por imposto de renda por parte da pessoa física residente no País que seja sua titular.

A presente emenda visa a esclarecer que a simples variação cambial da moeda estrangeira frente à moeda nacional não será tributada como rendimento das aplicações financeiras no exterior.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares que acolham a presente emenda.